

**Decreto Executivo n.º 178/13**  
**de 30 de Maio**

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento do Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela a que se refere o artigo 15.º do estatuto orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Maio de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE  
APROVEITAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
AGRO-PECUÁRIO DO PLANALTO  
DE CAMABATELA**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º**  
**(Definição)**

O Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela, abreviadamente designado por GADAPC, é um serviço do Ministério da Agricultura, subsidiado autonomamente pelo Orçamento Geral do Estado, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e patrimonial, incumbido de assegurar a coordenação e execução das políticas e estratégias definidas no domínio agro-pecuário na região do Planalto de Camabatela.

**ARTIGO 2.º**  
**(Atribuições)**

O Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela tem as atribuições seguintes:

- a) gerir e controlar as infra-estruturas de base instaladas na área sob sua jurisdição, bem como os sistemas de rega e de drenagem, canais de irrigação e estradas de serviço, entre outros;

- b) promover o ordenamento do território, o cadastro e licenciamento das actividades de exploração agro-pecuária;
- c) elaborar programas de acção no domínio do fomento e melhoramento da produção pecuária, sanidade animal, vegetal e saúde pública veterinária, com vista à preservação do ambiente e o bem-estar social;
- d) prestar assistência técnica, vulgarização e sensibilização agrária, bem como apoiar os produtores.

**CAPÍTULO II**  
**Organização**

**ARTIGO 3.º**  
**(Estrutura Orgânica)**

O Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-pecuário do Planalto de Camabatela tem a estrutura seguinte:

- a) Direcção;
- b) Conselho Directivo;
- c) Conselho Técnico;
- d) Secção de Administração e Serviços Gerais;
- e) Secção de Agro-Pecuária, Hidráulica Agrícola e Cadastro.

**ARTIGO 4.º**  
**(Direcção)**

O Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela é dirigido por um Director, com o cargo de chefe de departamento ao qual compete em especial:

- a) organizar e dirigir as actividades do Gabinete;
- b) representar o Gabinete;
- c) elaborar e apresentar periodicamente os relatórios de actividade do Gabinete;
- d) submeter a apreciação do Ministro da Agricultura os assuntos que careçam de resolução superior;
- e) propor ao Ministro a nomeação e exoneração dos chefes de secção;
- f) exercer os poderes hierárquicos sobre todo o pessoal do Gabinete;
- g) exercer os poderes gerais de gestão financeira e patrimonial;
- h) propor a nível superior a admissão, promoção e demissão do pessoal sob sua jurisdição, com observância das disposições legais;
- i) planificar as actividades, definir as grandes linhas de actuação do Gabinete e garantir o seu cumprimento;
- j) convocar e presidir os Conselhos Directivo e Técnico;
- k) propor a elaboração do regulamento interno do GADAPC;
- l) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

**ARTIGO 5.º**  
**(Conselho Directivo)**

1. O Conselho Directivo é uma estrutura de apoio e consulta do director do gabinete, em matéria de programação, organização e disciplina laboral.

2. O Conselho Directivo é convocado e presidido pelo director e dele fazem parte os chefes de secção, podendo participar das respectivas sessões os técnicos superiores e outros funcionários convocados ou convidados pelo director.

3. O Conselho Directivo reúne de forma ordinária trimestralmente e, extraordinária, quando for necessário, mediante convocatória do director do gabinete e com agenda de trabalhos estabelecida por este.

**ARTIGO 6.º**  
**(Conselho Técnico)**

1. O Conselho Técnico é uma estrutura de apoio e consulta do director do gabinete, ao qual compete pronunciar-se sobre questões metodológicas e de índole técnico-científica, de planeamento e de desenvolvimento agro-pecuário da região.

2. O Conselho Técnico é convocado e presidido pelo director e dele fazem parte os chefes de secção e técnicos do gabinete, podendo participar das respectivas sessões quadros do sector e outras entidades convocadas ou convidadas pelo director.

3. O Conselho Técnico reúne de forma ordinária mensalmente e extraordinária quando for necessário, mediante convocatória do director do gabinete e com ordem de trabalhos estabelecida por este.

**ARTIGO 7.º**  
**(Secção de Administração e Serviços Gerais)**

1. A Secção de Administração e Serviços Gerais é o serviço que assegura as funções ligadas aos recursos humanos, finanças, relações públicas, secretariado, informática e património.

2. À Secção de Administração e Serviços Gerais compete em especial:

- a) preparar, executar e controlar a execução do orçamento do gabinete;
- b) proceder ao registo, encaminhamento e arquivo da correspondência geral;
- c) proceder a recolha, tratamento e difusão da documentação indispensável ao GADAPC;
- d) coordenar e organizar a contabilidade;
- e) assegurar a gestão do pessoal nos domínios da promoção, transferências e licenças;
- f) proceder a aquisição de bens e equipamentos necessários ao funcionamento do gabinete e velar pela sua manutenção;
- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. A Secção de Administração e Serviços Gerais é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

**ARTIGO 8.º**  
**(Secção de Agro-Pecuária, Hidráulica Agrícola e Cadastro)**

1. A Secção de Agro-Pecuária, Hidráulica Agrícola e Cadastro é o serviço que assegura o funcionamento de infra-estruturas, equipamentos hidráulicos bem como a manutenção técnica respectiva, e presta apoio técnico aos agricultores e criadores de gado nos domínios da formação, organização e desenvolvimento do associativismo agrícola.

2. A Secção de Agro-Pecuária, Hidráulica Agrícola e Cadastro compete, em especial:

- a) criar infra-estruturas no campo que permitam o seu uso racional pelos agricultores e pecuaristas;
- b) parcelar terras e criar acessos, picadas e caminhos que permite o seu uso racional pelos agricultores e pecuaristas;
- c) desenvolver as áreas experimentais pecuaristas e horto-frutícolas e de outras espécies arbóreas com vista a apoiar os agricultores e criadores sob jurisdição do gabinete;
- d) colaborar com os serviços de veterinária e com outras organizações, na formação, estudo e aplicação das medidas de defesa e de luta contra as doenças dos animais;
- e) emitir pareceres sobre projectos de instalação de fazendas agro-pecuárias na região;
- f) manter actualizado o cadastro e a carta de aptidão zootécnica, bem como o registo de explorações pecuárias por finalidades;
- g) controlar a actividade agro-silvo-pastoril nos termos da lei;
- h) garantir a captação e fornecimento dos recursos hídricos para a irrigação;
- i) manter em pleno funcionamento as infra-estruturas, assegurando as operações de manutenção técnica recomendáveis, designadamente as estações de bombagem, canais, condutas, valas e equipamentos que deles são partes integrantes;
- j) promover e assegurar a utilização de sistemas de rega e drenagem de baixo custo;
- k) preparar o plano técnico de irrigação e drenagem para o perímetro irrigável;
- l) propor equipamentos mais convenientes para os sistemas de rega e drenagem, e orientar tecnicamente a sua montagem e/ou construção, utilização e manutenção;
- m) acompanhar, orientar e fiscalizar os trabalhos referentes a utilização dos meios hidroagrícolas;
- n) desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. A Secção de Agro-Pecuária, Hidráulica Agrícola e Cadastro é dirigida por um responsável com o cargo de chefe de secção.

### CAPÍTULO III Disposições Finais

#### ARTIGO 9.º

##### (Competência do chefe de secção)

Ao Chefe de Secção compete, em especial:

- a) assegurar o cumprimento das tarefas acometidas à secção e controlar a sua execução;
- b) coordenar a execução dos trabalhos da secção, respondendo pelo seu cumprimento;
- c) despachar com o director de gabinete;
- d) manter a disciplina na secção;
- e) controlar a pontualidade e a assiduidade dos funcionários da secção;
- f) elaborar periodicamente os planos de actividades da secção e respectivos relatórios;
- g) desempenhar as demais funções que lhe sejam acometidas por lei ou por determinação superior.

#### ARTIGO 10.º

##### (Quadro de pessoal)

1. O quadro de pessoal do Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela é o que consta do Anexo I ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

2. O provimento dos lugares do quadro de pessoal e a progressão na respectiva carreira faz-se nos termos da legislação aplicável à administração pública.

#### ARTIGO 11.º

##### (Organigrama)

O organigrama do Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela é o que consta do Anexo II ao presente regulamento interno, do qual é parte integrante.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

### ANEXO I

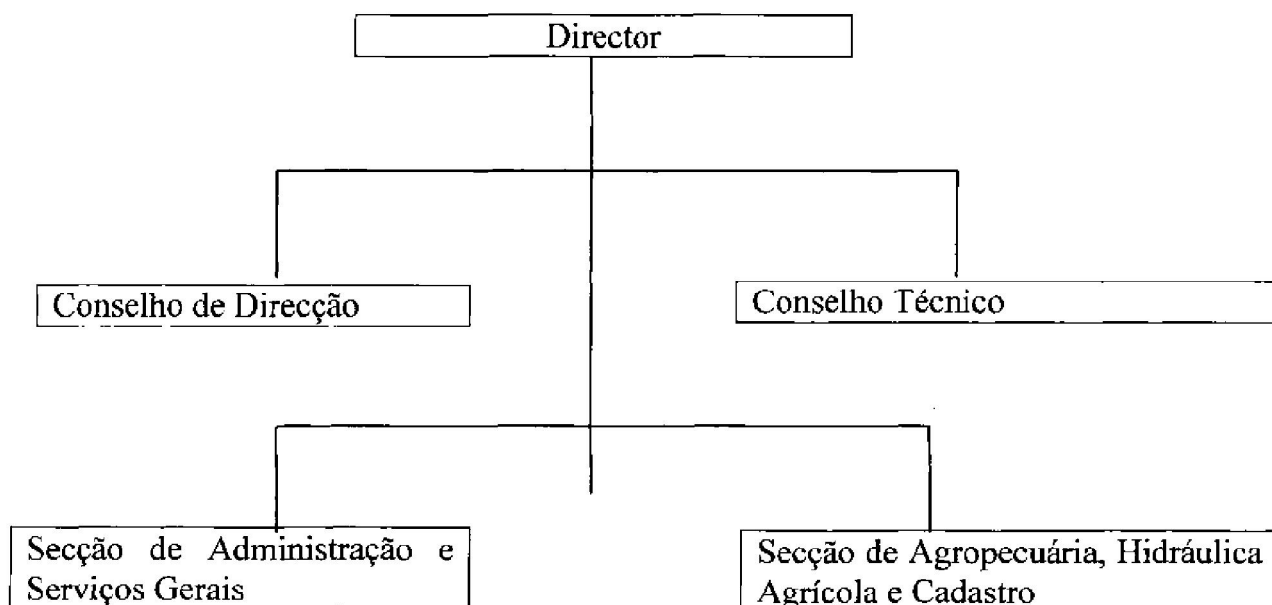
#### Quadro de pessoal do Gabinete de Aproveitamento e Desenvolvimento Agro-Pecuário do Planalto de Camabatela a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º do regulamento interno que antecede

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	N.º de lugares
	Chefe de Departamento	1
	Chefe de Secção	2
Técnico Superior	Assessor Principal	1
	Primeiro Assessor	2
	Assessor	-
	Técnico Superior Principal	2
	Técnico Superior de 1.ª Classe	3
	Técnico Superior de 2.ª Classe	5

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	N.º de lugares
Técnico	Especialista Principal	
	Especialista de 1.ª Classe	-
	Especialista de 2.ª Classe	-
	Técnico de 1.ª Classe	-
	Técnico de 2.ª Classe	-
	Técnico de 2.ª Classe	-
	Técnico de 3.ª Classe	-
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	2
	Técnico Médio Principal de 2.ª Classe	2
	Técnico Médio Principal de 3.ª Classe	3
	Técnico Médio de 1.ª Classe	3
	Técnico Médio de 2.ª Classe	4
	Técnico Médio de 3.ª Classe	5
Administrativo	Oficial administrativo principal	1
	1.º Oficial Administrativo	2
	2.º Oficial Administrativo	-
	3.º Oficial Administrativo	3
	Aspirante	1
	Escriturário dactilógrafo	2
	Motorista de Pesados Principal	-
	Motorista de Pesados de 1.ª Classe	1
	Motorista de Pesados de 2.ª classe	-
	Motorista de Ligeiros Principal	1
	Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe	-
	Motorista de Ligeiro de 2.ª Classe	-
Auxiliar	Telefonista Principal	
	Telefonista de 1.ª Classe	
	Telefonista de 2.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo Principal	
	Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe	
	Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe	2
	Auxiliar de Limpeza Principal	
	Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe	2
	Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe	1
Operário Qualificado	Encarregado	2
	Encarregado de 1.ª Classe	1
	Encarregado de 2.ª Classe	
Operário não Qualificado	Operário não Qualificado Principal	
	Operário não Qualificado de 1.ª Classe	
	Operário não Qualificado de 2.ª Classe	2

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

ANEXO II  
Organigrama a que se refere o artigo 11.º do regulamento interno que antecede



O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**Decreto Executivo n.º 179/13**  
de 30 de Maio

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária a que se refere o artigo 10.º do estatuto orgânico do Ministério da Agricultura, aprovado por Decreto Presidencial n.º 228/12, de 3 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — É aprovado o regulamento interno da Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

2.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Agricultura.

3.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda aos 30 de Maio de 2013.

O Ministro, *Afonso Pedro Canga*.

**REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO  
NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

ARTIGO 1.º  
(Definição)

A Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária, abreviadamente designada por DNAP, é o órgão de concepção que se ocupa da formulação de políticas e estratégias nos domínios da agricultura e pecuária.

ARTIGO 2.º  
(Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 10.º do estatuto orgânico do Ministério da Agricultura incumbe, em especial, a Direcção Nacional de Agricultura e Pecuária:

- a) propor políticas e estratégias de desenvolvimento do sector agro-pecuário;
- b) defender as culturas, espécies animais e vegetais e o território nacional contra o aparecimento de pragas e doenças;
- c) assegurar o apoio tecnológico às indústrias de conservação e transformação de produtos e derivados de origem vegetal e animal;
- d) controlar as actividades agro-pecuárias nos termos da lei;
- e) orientar a execução de regras de defesa e da utilização dos solos;
- f) registar e licenciar os produtos fito-farmacêuticos, fertilizantes, vacinas e medicamentos de uso de